

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Pronunciamentos Contábeis, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferenciadas dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 457/2012, sendo que nenhuma insuficiência foi identificada. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPTEM e SFH/SH não foram objeto de análise neste teste. As principais premissas utilizadas no teste foram:

- Premissas**
- Taxa de desconto: Taxa de juros livre de risco pré-fixada
 - Grupo de ramo: Sinistralidade
 - Seguro de danos: 68%
- p) Passivos financeiros:** Compreendem substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "Débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **q) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar esta obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nºs 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **r) Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações com aposentadorias:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Brasilveio Seguros e Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **s) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **t) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairada) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **u) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240 mil no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido atual é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido atual possa ser utilizado, estejam disponíveis. **v) Taxas de carregamento dos principais produtos comercializados:** A Companhia adota os seguintes intervalos a título de carregamento: • Despesas de administração: 10% a 20%; • Despesas de comercialização: 20% a 40%; e • Margem de lucro esperada: 0% a 10%.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas mundiais dos acionistas BANCO DO BRASIL E MAPFRE, o sistema está baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa desde a Alta Administração até as divisões e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de Value at Risk - VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para gestão dos riscos financeiros. **Comitê de riscos e controles internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de seguro:** A Companhia define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de natureza onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam "Rating" de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Companhia está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais de concretização. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Bruto de resseguro	2012				2011			
	AUTO	DPVAT	Bruto de resseguro	TOTAL	AUTO	DPVAT	Bruto de resseguro	TOTAL
Região geográfica	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Centro Oeste	415.993	32%	5.290	0%	421.283	32%	422.040	32%
Nordeste	220.293	17%	9.364	1%	229.657	17%	225.112	17%
Norte	46.165	4%	3.160	0%	49.325	4%	47.306	4%
Sudeste	392.637	30%	25.022	2%	417.659	32%	400.219	30%
Sul	184.592	14%	11.020	1%	195.612	15%	190.843	14%
Total	1.259.680	96%	53.856	4%	1.313.536	100%	1.285.520	96%

Líquido de resseguro	2012				2011			
	AUTO	DPVAT	Líquido de resseguro	TOTAL	AUTO	DPVAT	Líquido de resseguro	TOTAL
Região geográfica	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Centro Oeste	415.993	32%	5.290	0%	421.283	32%	422.040	32%
Nordeste	220.293	17%	9.364	1%	229.657	17%	225.112	17%
Norte	46.165	4%	3.160	0%	49.325	4%	47.306	4%
Sudeste	392.637	30%	25.022	2%	417.659	32%	400.219	30%
Sul	184.592	14%	11.020	1%	195.612	15%	190.843	14%
Total	1.259.617	96%	53.856	4%	1.313.527	100%	1.285.511	96%

Sensibilidade do risco de seguro: As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i) Provisão de Sinistros Ocultos mas não Avisados - IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. O fator utilizado para essa empresa com base nos estudos realizados foi de 7,54%. ii. Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP para seguros de curto prazo: Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado no patrimônio líquido e no resultado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	2012		2011	
	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL	Sensibilidade	Impacto no resultado/PL
a. Provisões técnicas				
a.1. IBNR	Total	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(1)	(1.936)
		Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(1)	(1.936)
b. Sinistralidade		Elevação de 5% na sinistralidade	(22.714)	(55.164)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. **Gerenciamento do risco de crédito:** A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de "Rating" mínimo "A" para alocação. • Alguns pontos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas; e o gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's; e As diretrizes de resseguro também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna; e A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de "Stress" como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de "Stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação ou honrar seus compromissos. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (Asset Liability Management), as entradas e os desembolsos futuros, com objetivo de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, identificar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos.

	2012		2011	
	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.062	-	-	2.062
Valor justo por meio do resultado	231.069	-	-	231.069
Disponível para venda	106.972	33.710	-	140.682
Créditos das operações de seguros e resseguros	9.038	-	-	9.038
Créditos tributários e previdenciários	43.263	122.939	-	166.202
Despesas antecipadas	2.242	-	-	2.242
Custo de aquisição diferidos	516	365	2	883
Outros ativos	78.035	-	-	78.035
Total dos ativos financeiros	473.297	157.014	-	630.313
Contas a pagar	23.650	14	-	23.664
Débitos de operações com seguros e resseguros	223	-	-	223
Depósitos de terceiros	10	-	-	10
Provisões técnicas - seguros e resseguros	198.024	14	2.857	200.881
Total dos passivos financeiros	221.907	-	2.857	224.778

Os ativos financeiros relacionados a depósitos judiciais e fiscais no valor de R\$ 412.471 mil e os passivos financeiros relativos a provisões judiciais no valor de R\$ 358.643 mil, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. **Sensibilidade a taxa de juros:** Definido como risco de mercado a perda potencial advinda de variações na taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e preços de commodities. Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; e (ii) coupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. Do total de ativos no valor de R\$ 371.826 mil, são considerados os ativos categorizados como "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado" e os "Ativos financeiros disponíveis para venda", que estão marcados a mercado conforme as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pelo Banco do Brasil, excluindo o valor de R\$ 54.867 mil de investimentos referentes ao Convênio DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro no valor de R\$ 316.959 mil. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para coupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos custos na mesma magnitude da taxa de juros. Considerando as premissas adotadas os valores apurados são:

Fator de risco	2012		2011	
	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no patrimônio líquido	Impacto no patrimônio líquido
Taxa de juros	(2.599)	(2.326)	(2.777)	(2.591)

Reservatórios: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011; b) 100 basis points nas estruturas de taxas de coupons vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance interno para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional onde a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas e externas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pela Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Durante o exercício de reporte, a Companhia não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído do capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) que, somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pelo CNSP e pela SUSEP.

	2012	2011
Patrimônio líquido	469.608	452.755
Despesas antecipadas	(2.242)	(52.583)
Créditos tributários - prejuízo fiscal	(18.121)	(738)
Ativos diferidos	(127)	(738)
Ativos intangíveis	(6.330)	(8.321)
Obras de arte	(1)	(1)
Patrimônio líquido ajustado (a)	442.787	391.112
0,20 vezes da receita líquida de prêmios emitidos últimos 12 meses (a.1)	2.798	262.131
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses (a.2)	282.786	314.574
Margem de solvência (b) (maior entre (a.1) e (a.2))	282.786	314.574
Capital base - CB	15.000	15.000
Capital adicional total (subscrição e crédito (CA))	911.237	341.748
Capital adicional de subscrição - (Cars)	76.462	326.456
Capital adicional de crédito - CAC	24.534	28.766
Correlação entre capitais adicionais	(9.759)	(13.474)
Capital base + capital adicional (c)	106.237	356.748
Capital mínimo requerido (d) (maior entre (b) e (c))	282.786	356.748
Suficiência de capital (e = a - d)	160.001	34.364
Suficiência de capital (e/d)	56,58%	9,63%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia possui valiosos seus registros dinâmicos em caixa e depósitos bancários à vista:

	2012	2011
Caixa	5	12
Contas bancárias	2.057	7.703
Total	2.062	7.715

6. APLICAÇÕES

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras está apresentada abaixo:

a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2012	2011
Fundo de investimento	231.069	100%
Letra do tesouro nacional (LTN)	225.965	62%
Notas do tesouro nacional (NTN - B)	78.813	61%
Letra financeira do tesouro (LFT)	54.295	23%
Operações compromissadas	18.428	8%
Fundos de investimento - não exclusivo	16.949	7%
Quotas de fundos - DPVAT	2.613	1%
Carteira administrada	5.104	2%
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	5.104	2%
Ativos disponíveis para venda	140.681	100%
Carteira administrada	140.681	100%
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	85.514	61%
Letras financeiras (LF)	34.087	24%
Debêntures	17.159	12%
Certificado de depósito bancário (CDB)	3.921	3%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-
Notas do tesouro nacional - classe B (NTN-B)	-	-
Outras aplicações	76	100%
Total	371.826	100%

b) Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31/12/2010	Aplicações	Resgates	Saldo em 31/12/2011
Valor justo por meio do resultado				
Fundo de investimento exclusivo	212.940	542.342	(626.740)	231.069
Quotas de fundo não exclusivo	-	2.792	(202)	2.590
Quotas de fundo DPVAT	42.712	20.107	(12.205)	50.614
Fundo de investimento em direitos creditórios	5.160	-	(516)	4.644
Disponível para venda				
Debêntures	7.519	10.024	(1.852)	15.691
Letras financeiras (LF)	20.364	11.000	-	31.364
Certificados de depósito bancário (CDB)	46.855	-	(45.212)	1.643
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	129.174	-	(54.186)	74.988

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

9. OUTROS VALORES E BENS

	2012	2011
Salvados	20.125	41.366
(-) Redução ao valor recuperável	(2.228)	(4.328)
Total	17.897	37.038

a) Composição

Salvados

(-) Redução ao valor recuperável

Total

b) Salvados

A partir da data de registro na Companhia, os salvados apresentam a seguinte abertura por prazo:

	2012	2011
Automóveis	770	11.291
De 1 a 30 dias	870	11.291
De 31 a 60 dias	715	5.515
De 61 a 120 dias	1.634	5.201
De 121 a 180 dias	1.475	3.019
De 181 a 365 dias	3.983	4.388
Superior a 365 dias	9.220	7.624
Total	17.897	37.038

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	2012	2011
Serviços a prestar	34	51.752
Rastreadores	34	658
Endomarketing	1.765	465
Outros	443	173
Total	2.242	52.583

11. INTANGÍVEL

Composição

	2011	2012
	Taxa Anual	Valor Residual
Outros intangíveis		
Projetos corporativos	8,025	8,025
Licenças	9,438	678
(-) Amortização acumulada	20 (9,142)	(2,668) (11,810)
Total	8.321	6.78

12. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas na rubrica "Depósitos de terceiros" são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de Prêmios da Companhia.

Montante estimado para os sinistros

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No ano da ocorrência	486.480	567.216	647.284	764.123	1.023.584	1.074.954	392.506	4.956.147
Um ano após ocorrência	491.172	579.096	670.070	804.012	1.043.444	1.057.663	-	4.645.457
Dois anos após ocorrência	491.992	579.646	671.538	805.203	1.047.494	-	-	3.595.873
Tres anos após ocorrência	492.326	579.537	671.878	809.477	-	-	-	2.553.218
Quatro anos após ocorrência	492.002	580.076	672.666	-	-	-	-	1.744.744
Cinco anos após ocorrência	492.627	580.091	-	-	-	-	-	1.072.718
Seis anos após ocorrência	492.360	-	-	-	-	-	-	492.360
Estimativa dos sinistros na data-base	492.360	580.091	672.666	809.477	1.047.494	1.057.663	392.506	5.052.257
Pagamentos de sinistros efetuados	488.626	574.453	664.593	797.193	1.027.779	1.029.654	345.882	4.928.180
Passivo representado no quadro	3.734	5.638	8.073	12.284	19.715	28.009	46.624	124.077
Passivo em relação a anos anteriores a 2006	-	-	-	-	-	-	-	14.348
Passivos relacionados à retrocessão e DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	29.316
Total de passivo de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	167.741

15. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2012	2011
Provisões técnicas	200.881	911.882
Direitos creditórios	-	(226.834)
Depósitos especiais no IRB	(75)	(94)
DPVAT	(54.848)	(42.696)
Total a ser coberto	145.958	642.258
Bens oferecidos em cobertura:		
Titulos de renda fixa - Privados	314.271	422.012
Titulos de renda fixa - Públicos	-	373.347
Imóveis	1.551	1.764
Total de aplicações	315.822	797.123
Ativos livres	169.864	154.865

16. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda

	2012	2011
Probabilidade de perda		
Provável	936	37.876
Possível	1.383	46.255
Remota	868	13.962
Total	3.187	98.093

As provisões para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas. Considerando o disposto na Resolução nº 162/06 e a Nota Técnica Atuarial de Provisões vigentes, a Companhia alocou a redução de ajuste atuarial de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNER), com base na proporção dos sinistros retidos direitos da operação, a parcela referente aos processos judiciais, complementarmente à Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial no montante de R\$ 382 mil em 31 de dezembro de 2012. (R\$ 147 mil em 2011).

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	Quantidade	PSL Judicial
1997	2	27
1998	38	598
1999	53	694
2000	68	1.433
2001	89	1.135
2002	94	1.705
2003	86	1.509
2004	135	2.188
2005	135	2.072
2006	163	2.969
2007	243	4.453
2008	366	5.154
2009	514	8.549
2010	686	14.843
2011	716	12.523
2012	336	9.257
Total	3.724	69.109

c) Movimentação das provisões para ações judiciais

	2012	2011
1) Saldo do início do exercício	54.277	46.021
2) Total pago no exercício	7.547	13.193
3) Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações passas no exercício	3.033	18.694
4) Quantidade de ações pagas no exercício	423	4
5) Novas constituições no exercício	24.910	29.417
6) Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício	878	6
7) Novas constituições referentes a citações do exercício base do questionário trimestral	24.039	20.857
8) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 1	616	2.169
9) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 2	253	661
10) Novas constituições referentes a citações do exercício nº 3	2	5.730
11) Baixa da provisão por êxito	833	6.843
12) Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	1.698	1.125
13) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-
14) Saldo final do exercício	69.109	54.277

17. OUTRAS PROVISÕES JUDICIAIS NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

a) Composição:

Natureza	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais
	2012	2011
Fiscal	353.974	331.784
IRPJ	36.460	34.800
CSLL	31.367	29.702
PIS	5.767	5.481
COFINS	280.800	261.801
Trabalhista	3.120	705
Outras cíveis	1.549	1.310
Total	358.643	333.799

IRPJ - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para a formação da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e depositou judicialmente o imposto de renda incidente sobre a despesa de contribuição social e constituiu provisão no mesmo montante, os quais são atualizados monetariamente pela SELIC. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como provável.

CSLL - Nos períodos de 1997 e 1998 a Companhia discute a aplicação de 8% - isonomia às pessoas jurídicas não financeiras e inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 10/96, este processo tem probabilidade de perda provável, discutiu também a majoração da alíquota de 9% para 15% para as sociedades seguradoras promovida pela Lei nº 11.727/08, este processo tem natureza de risco de perda provável. Todos os valores relacionados a estes processos estão provisionados e depositados judicialmente e sendo atualizados monetariamente pela SELIC até o trânsito em julgado. Desde 2008 a Companhia discute judicialmente a elevação da alíquota de 9% para 15% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e deposita judicialmente a parcela correspondente à majoração da alíquota, constituindo provisão dos valores discutidos. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como provável.

PIS - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade da contribuição social nos termos da Emenda Constitucional nº 17/97 vigente até janeiro de 1999. Entre novembro de 1998 e fevereiro de 1999 foram efetuados depósitos judiciais do tributo calculado e constituídas provisões de mesmo montante, os quais estão sendo atualizados monetariamente pela SELIC. Os advogados patrocinadores do processo judicial classificam a probabilidade de perda da ação como provável.

COFINS - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que passou a tributar as seguradoras pela COFINS. A Companhia vem depositando judicialmente a COFINS e atualizando monetariamente os valores provisionados e depositados pela SELIC. Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a partir de outubro de 2010 a Companhia passou a considerar somente as receitas de prêmios na base de cálculo da COFINS, deixando de considerar as demais receitas (financeiras e não operacionais). Em dezembro de 2010, baseado em parecer de seus advogados, bem como no parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGN/CAT nº 2.773/2007, a Companhia reverteu a provisão de COFINS constituída sobre as receitas financeiras e não operacionais. Tendo em vista a indefinição da atual jurisprudência sobre o alargamento da base de cálculo da COFINS para incluir as receitas financeiras e não operacionais, bem como em razão da existência do Parecer PGN/CAT nº 2773/2007, os advogados patrocinadores do processo judicial passaram a classificar a probabilidade de perda deste mérito como possível, sendo que o montante de COFINS sobre esta parcela em todo o período discutido judicialmente, atualizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 62.187 mil (R\$ 56.191 mil em 2011). Quanto ao mérito da tributação sobre as receitas de prêmios, a probabilidade de perda é provável. Processos administrativos: A Companhia tem como procedimento não adicionar à base de cálculo da CSLL a despesa relacionada ao tributo (COFINS) discutido judicialmente. Para os períodos-base de 2003 a 2008 foram lavrados autos de infração no montante original de R\$ 30.643 mil (incluindo principal, multa e juros). Os advogados que patrocinam a causa, reputam como possível a expectativa de perda, motivo pelo qual não há provisão constituída para esta contingência. **Outras provisões cíveis** - Em consonância com a Circular SUSEP nº 430, de 5 de março de 2012 e CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a determinação do montante da contingência denominado "Outras provisões cíveis" considera os fatores probabilísticos por expectativa de perda, oriundos do histórico de experiência de pagamentos dos casos encerrados.

b) Movimentação:

	2012				2011			
	I- Fiscais	II- Trabalhista	III- Outras cíveis	Total	I- Fiscais	II- Trabalhista	III- Outras cíveis	Total
Saldo inicial	331.784	705	1.310	333.799	280.298	763	1.943	283.004
Constituições	6.006	1.383	443	7.832	28.567	-	153	28.720
Atualização monetária	16.184	1.255	-	17.439	22.919	-	-	22.919
Baixas	(223)	(204)	(427)	(854)	(58)	(786)	(844)	(1.688)
Saldo final	353.974	3.120	1.549	358.643	331.784	705	1.310	333.799

PARCEIR ATUARIAL

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **Brasileveculos Companhia de Seguros - CNPJ 01.356.570/0001-81**

1. Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da Brasileveculos Companhia de Seguros com data base de 31 de dezembro de 2012, conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/2004, 457/2012 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

2. Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da Brasileveculos Companhia de Seguros, referentes a 31 de dezembro de 2012, foram avaliadas, e correspondem à provisão de prêmios não ganhos,

Brasileveculos Companhia de Seguros - CNPJ nº 01.356.570/0001-81

13. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2011	Reversões	Constituições	Pagamentos	2012
Provisões técnicas - seguros					
Provisão de prêmios não ganhos (PNG + PRVNE)	571.466	(575.918)	11.254	-	6.802
Provisão de sinistros a liquidar (PNG + PRVNE)	281.355	(255.246)	726.223	(608.369)	143.963
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	55.108	(5.789)	-	-	49.319
Outras provisões	3.953	(3.775)	619	-	797
Total das provisões técnicas	911.882	(840.728)	738.096	(608.369)	200.881
Custo de aquisição diferidos	76.605	(75.722)	-	-	883
Provisões técnicas - seguros	2011	Reversões	Constituições	Pagamentos	2011
Provisão de prêmios não ganhos (PNG + PRVNE)	812.226	(305.136)	64.376	-	571.466
Provisão de sinistros a liquidar	270.384	(27.880)	38.851	-	281.355
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	38.387	(9.114)	25.835	-	55.108
Outras provisões	5.036	(3.737)	2.654	-	3.953
Total das provisões técnicas	1.126.033	(345.867)	131.716	-	911.882
Custo de aquisição diferidos	108.037	(40.373)	8.941	-	76.605

14. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguro aceito, deduzido o cosseguro e resseguro cedido. Não estão incluídas as operações do consórcio DPVAT.

Sinistros liquidados de resseguro ano de ocorrência do sinistro

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
No ano da ocorrência	486.480	567.216	647.284	764.123	1.023.584	1.074.954	392.506	4.956.147
Um ano após ocorrência	491.172	579.096	670.070	804.012	1.043.444	1.057.663	-	4.645.457
Dois anos após ocorrência	491.992	579.646	671.538	805.203	1.047.494	-	-	3.595.873
Tres anos após ocorrência	492.326	579.537	671.878	809.477	-	-	-	2.553.218
Quatro anos após ocorrência	492.002	580.076	672.666	-	-	-	-	1.744.744
Cinco anos após ocorrência	492.627	580.091	-	-	-	-	-	1.072.718
Seis anos após ocorrência	492.360	-	-	-	-	-	-	492.360
Estimativa dos sinistros na data-base	492.360	580.091	672.666	809.477	1.047.494	1.057.663	392.506	5.052.257
Pagamentos de sinistros efetuados	488.626	574.453	664.593	797.193	1.027.779	1.029.654	345.882	4.928.180
Passivo representado no quadro	3.734	5.638	8.073	12.284	19.715	28.009	46.624	124.077
Passivo em relação a anos anteriores a 2006	-	-	-	-	-	-	-	14.348
Passivos relacionados à retrocessão e DPVAT	-	-	-	-	-	-	-	29.316
Total de passivo de sinistros	-	-	-	-	-	-	-	167.741

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e outras cíveis por probabilidade de perda:

	2012	2011
I- Fiscais		
Provável	6	6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, composto por três membros, é instituído na empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A., nos termos da Resolução nº 118, de 22 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados, com alcance sobre a Brasilveículos Companhia de Seguros.

O Comitê tem como principais atribuições: revisar as demonstrações financeiras quanto à qualidade e à integridade; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna por meio do acompanhamento da sua atuação, da qualidade dos seus trabalhos, da sua independência e do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares; avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos à luz das normas aplicáveis, evidenciando eventuais deficiências identificadas.

O Comitê realiza suas avaliações com base nas informações e documentos recebidos da Administração, dos auditores externos, da Auditoria Interna, dos gestores de riscos e controles, bem como nas suas próprias análises.

O Comitê exerce suas atividades com independência, reportando-se ao Conselho de Administração da empresa líder MAPFRE BB SH2 Participações S.A.. Para o exercício de sua missão institucional, reuniu-se mensalmente no período de janeiro a dezembro de 2012, fez diligências e requisições de documentos e informações. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Sistema de Controles Internos e Administração de Riscos

Em 2012, o Comitê reuniu-se com representantes da Administração para acompanhar a evolução da

estrutura e funcionamento de diretorias e unidades e avaliar aspectos relativos aos controles internos.

Com base nas atividades que desenvolveu, nas informações levadas ao seu conhecimento e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera adequado o Sistema de Controles Internos da Companhia.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

Com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Comitê concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da empresa.

Auditoria Independente

O Comitê avalia como satisfatória a qualidade das informações fornecidas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados.

Canal de Comunicação

O Comitê acompanha a natureza, as características, os objetivos e a dinâmica de funcionamento dos canais operados pela Companhia e, com base nas informações recebidas, concluiu que os canais instituídos atendem

a determinação do art. 17, inciso VI, da Resolução CNSP nº 118/04.

O Comitê definiu modelo e fluxo de tratamento de ocorrências relacionadas aos arts. 29 e 30 da mencionada Resolução. Em 2012 não foram trazidas ao conhecimento do Comitê quaisquer ocorrências.

Demonstrações Financeiras

Ao longo de 2012, o Comitê acompanhou a evolução dos procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da Administração. A respeito, debateu com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. e com os executivos responsáveis. Foram também examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à publicação, as demonstrações contábeis da Brasilveículos Companhia de Seguros, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., concluindo que tais documentos estão adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais aplicáveis.

São Paulo (SP), 19 de fevereiro de 2013.

Egídio Otmar Ames - Coordenador
Carlos Eduardo da Silva Monteiro - Membro Titular
Ilener Elmar Zingler - Membro Titular

DIRETORIA

Júlio Cezar Alves de Oliveira
 Diretor Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira
 Diretor Vice-Presidente

Arno Meyer
Carlos Alberto Landim
Felipe Costa da Silveira Nascimento
Jabis de Mendonça Alexandre

Luiz Antonio Mac Dowell da Costa
Raphael de Luca Júnior
Roberto Barroso

Rogério Guede Vergara
Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Wady José Mourão Cury

CONTADORA

Simone Pieretti Gonçalves - CRC 1SP183717/O-5 "S" - RJ

ATUÁRIA

Vera Lúcia Fernandes Lopes - Registro MIBA nº 817



O que inspira a nova geração de seguros é saber que um ótimo resultado possibilita investir cada vez mais nas pessoas e no desenvolvimento sustentável.

Para a nova geração de seguros o melhor resultado é poder ver cada vez mais brasileiros crescendo e, ao mesmo tempo, dividindo suas conquistas com sua família. Afinal, quem investe em inovação, desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental quer mais do que crescer. Quer um futuro melhor para todos.

GRUPO SEGURADOR



Uma nova geração de seguros.